

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ATA NÚMERO 105/XIII/3.<sup>a</sup> SL

Aos trinta dias do mês de novembro de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 100 e 101/XIII/3.<sup>a</sup>SL;
2. Apreciação e votação do parecer do [Projeto de Lei 568/XIII/2.<sup>a</sup> \(PEV\)](#) - Assistência a Banhistas – Relator: Deputado Diogo Leão;
3. Apreciação e votação do parecer da [Petição n.º 350/XIII/2.<sup>a</sup>](#) – Solicita a adoção de medidas quanto aos factos noticiados que terão ocorrido no Instituto dos Pupilos do Exército, em defesa do superior interesse da criança. Relator - Deputado João Soares (PS);
4. Apreciação e votação do relatório do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018 – Programa para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática [[COM\(2017\)650](#)] – Relator Deputado Carlos Costa Neves (PSD);
5. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP/PSD;
6. Informações;
7. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Presidente da Comissão, Senhor Deputado Marco António Costa (PSD), o Senhor Deputado José Miguel Medeiros (PS) pediu a palavra, que lhe foi concedida, para se referir à entrevista com o Presidente da Comissão publicada pelo jornal Diário de Notícias dias antes, tendo considerado que deveriam ser evitadas situações semelhantes para não desvalorizar o papel e as deliberações da Comissão, cujas posições têm resultado do espírito de consensualização, e que o Presidente, nessa qualidade, não deveria expressar opiniões que, não sendo coincidentes, podem ser confundidas com as da Comissão. O Senhor Presidente afirmou que na entrevista separou de forma clara o que são posições da Comissão e opiniões próprias e que o trabalho jornalístico publicado não é da sua responsabilidade. Por outro lado, reafirmou que não pode aceitar que tendo o Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME) garantido na Comissão que a situação do material dos paíóis estava controlada e constatar-se que algum do que foi recuperado não constava da lista de material desaparecido, sem que tenha sido dada uma

## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

explicação plausível para o facto. Referiu-se ainda à necessidade de ser estudada a Lei de Segurança Interna, embora seja matéria da competência da CACDLG, no sentido de detetar as eventuais falhas que permitiram que as entidades responsáveis se tenham reunido muito depois do conhecimento da notícia do desaparecimento do material militar dos paióis de Tancos; de igual modo, entende que deve ser dedicada atenção à legislação referente à contratação pública, tendo presente que enquanto as normas de segurança da informação permitem a classificação de documentos que contenham dados que revelem fragilidades, as aberturas de concursos sensíveis são publicadas.

O Senhor Deputado José Miguel Medeiros (PS) reforçou a opinião de que o Presidente pode dar as entrevistas que entender, mas que não deve envolver a Comissão, distinguindo sempre entre opiniões partidárias e deliberações e opiniões da Comissão.

O Senhor Presidente informou então que o Ministro da Defesa Nacional (MDN) tinha pedido para alterar a data da audição agendada sobre o material recuperado que tinha desaparecido dos Paióis de Tancos. O Senhor Deputado José Miguel Medeiros (PS) recordou que o requerimento é da autoria do seu grupo parlamentar e que após a audição e os esclarecimentos do Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME) não via urgência na audição do MDN; o Senhor Deputado Pedro Roque (PSD) afirmou que a CDN tem a obrigação de ouvir o MDN sobre esta matéria, pois o CEME apenas tem responsabilidades operacionais, enquanto o MDN, que tem responsabilidades políticas, ainda não deu as explicações adequadas. O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) recordou que o MDN foi ouvido recentemente três vezes na Comissão e que a recuperação do equipamento desaparecido seria matéria de investigação, pelo que, não havendo factos novos que impusessem a urgência de nova audição - subsistindo questões, estas poderiam ser colocadas ao MDN na audição sobre a PESCO que se realizaria na semana seguinte -, o mais importante seriam as medidas adotadas, que foram transmitidas pelo CEME, para controlo dos paióis e dos inventários.

Passou-se então à apreciação das atas n.ºs 100 e 101/XIII/3.ªSL. Submetidas a votação foram aprovadas por unanimidade.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) apresentou o parecer referente ao [Projeto de Lei 568/XIII/2.ª \(PEV\)](#) - Assistência a Banhistas. Expressou também a opinião pessoal sobre o assunto, referindo que embora sendo relevante a iniciativa, uma vez que estão em causa vidas humanas, não tem a certeza que a alteração proposta seja a via mais premente para atacar o problema. Recordou que

## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

o estabelecimento da época balnear já é feito por portaria conjunta, o que lhe confere flexibilidade de datas, e que, por outro lado, tem sempre de ser efetuada uma avaliação que tenha em conta outros fatores, para além de não resolver o problema nas praias não concessionadas, que são da responsabilidade do Estado e implicariam impactos financeiros, de seleção e burocráticos avultados.

Entretanto o Presidente da Comissão foi substituído pelo Vice-presidente Senhor Deputado Miranda Calha (PS).

Intervieram os Senhores Deputados João Rebelo (CDS-PP) - partilhando as preocupações subjacentes à iniciativa legislativa, começou por apontar a falta de dados que permitam efetuar uma avaliação rigorosa da necessidade de alterações legais, tendo também referido que a lei já prevê a flexibilização das datas da época balnear e que a responsabilidade e consciencialização dos banhistas para evitar acidentes é fundamental -; António Filipe (PCP) - que recordou que o PEV não tem representação na Comissão, pelo que não poderia contestar os comentários e as críticas que estavam a ser efetuados, assinalando que nesta fase só se deveria estar a apreciar o parecer e não as soluções propostas -; José Miguel Medeiros (PS), que sugeriu que não se votasse o parecer de imediato e que fosse convidado o GP PEV para estar presente na reunião seguinte, o que obteve o acordo dos Senhores Deputados Pedro Roque (PSD), João Vasconcelos (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e António Filipe (PCP). O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) também concordou com o convite ao PEV e recordou que as opiniões que emitiu eram apenas considerações pessoais e, portanto, não passíveis de votação naquela sede.

Assim foi deliberado, nos termos regimentais (artigo 132.º RAR), convidar o GP PEV a participar na reunião seguinte, na qual continuaria a discussão do parecer e a respetiva votação.

Os pontos referentes à apreciação e votação do relatório do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2018 – Programa para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática [[COM\(2017\)650](#)] – , cujo relator era o Deputado Carlos Costa Neves (PSD), e à apreciação e votação do parecer da [Petição n.º 350/XIII/2.ª](#) – Solicita a adoção de medidas quanto aos factos noticiados que terão ocorrido no Instituto dos Pupilos do Exército, em defesa do superior interesse da criança -, cujo relator era o Senhor Deputado João Soares (PS), foram adiados.

O Senhor Deputado Bruno Vitorino (PSD) apresentou então o requerimento do GP PSD para a Comissão visitar os Estaleiros Navais do Arsenal do Alfeite, designadamente para se reunir com o Conselho de Administração e com a Comissão de Trabalhadores. O fundamento subjacente ao requerimento tem a ver com os atrasos verificados em obras de melhoramento programadas e

## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

que, em sua opinião, podem comprometer que as intervenções de manutenção dos submarinos da classe Tridente da Marinha Portuguesa venham a ser efetuadas nas instalações do Alfeite.

Intervieram de seguida os Senhores Deputados António Filipe (PCP) - para partilhar da preocupação e concordar com a visita, mas tendo alertado para ser tida em conta a transição de administrações que estava a decorrer -; José Miguel Medeiros (PS) - que não considerou a visita urgente, atendendo às negociações sensíveis sobre a matéria que estariam a decorrer, ao fim do mandato do conselho de administração e a que estão também outras visitas previstas no Plano de Atividades ainda por efetuar, pelo que entende que deveria ser agendada a visita, mas no quadro de outras integradas nas indústrias da defesa -; João Vasconcelos (BE) - que concordou com esta perspetiva e se manifestou preocupado com o número de trabalhadores que serão recrutados -; e António Carlos Monteiro (CDS-PP) - que recordou que a visita está prevista no Plano de Atividades e que deve ser agendada em reunião de Mesa e Coordenadores.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

Nos ponto dedicado aos outros assuntos o Senhor Deputado Miranda Calha (PS) apresentou o relatório referente à [COM\(2017\) 477 final](#) - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à ENISA, a «Agência da União Europeia para a Cibersegurança», e à certificação da cibersegurança das tecnologias da informação e comunicação, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 526/2013 («Regulamento Cibersegurança»).

Referiu-se à importância que estas matérias tomaram e que exigem atenção redobrada, recordando o ataque à Estónia e a criação do centro de excelência da NATO contra ciberameaças aí instalado e à necessidade de a UE também dar a estas questões prioridade adequada. Fez referência à necessidade de a Comissão acompanhar mais de perto estas matérias, ouvindo designadamente os responsáveis das entidades que tenham competências em relação a elas, como o Centro Nacional de Cibersegurança, o Gabinete Nacional de Segurança, o Embaixador para a segurança na Internet, ou a Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica (PJ).

Intervieram os Senhores Deputados António Carlos Monteiro (CDS-PP) - que salientou a profundidade da análise e, em termos de conteúdo, entendeu que o reforço de poderes da Agência Europeia devia ser reconhecido pela Comissão, que o futuro nesta matéria seria a evolução para a integração plena de todos os sistemas europeus e que, por outro lado a questão da certificação comum era importante para as empresas portuguesas -; José Miguel Medeiros (PS) - para concordar com o conteúdo do relatório -; António Filipe (PCP) - para referir que o que estava em

## COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

causa era aferir o cumprimento dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade -; João Vasconcelos (BE) - para concordar com as conclusões do relatório -; Ascenso Simões (PS) - que salientou estar-se perante um espaço novo e um problema, o da certificação e de quem vai ficar com esse negócio. Referiu-se ao facto de em Portugal haver várias entidades com atribuições na área do ciberespaço, e entende que a CDN deve acompanhar estas matérias, não se limitando às audições, fazendo um debate profundo, no qual se reflita acerca da preparação e da capacidade do país para fazer face aos ataques de que pode ser alvo.

O Senhor Deputado Miranda Calha (PS) agradeceu as intervenções e comentários e recordou que foi efetuada uma Conferência sobre o assunto, organizada pela CDN, na presente legislatura, mas que a situação deve continuar a ser acompanhada, até porque envolve questões relacionadas com a segurança nacional, reforçando a proposta acerca de serem efetuadas audições com os responsáveis das entidades com competência nesta matéria.

Submetido a votação, foi o relatório aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 12:50, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de novembro de 2017.

**O PRESIDENTE**

**(MARCO ANTÓNIO COSTA)**

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Carlos Monteiro  
Ascenso Simões  
Bruno Vitorino  
Diogo Leão  
Idália Salvador Serrão  
João Rebelo  
João Vasconcelos  
Jorge Gomes  
José Miguel Medeiros  
Marco António Costa  
Miguel Coelho  
Miranda Calha  
Pedro Roque  
Sérgio Azevedo  
Vitalino Canas  
António Filipe  
Carla Barros  
Miguel Santos  
Rosa Maria Bastos Albernaz  
Teresa Morais

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Costa Neves  
Firmino Pereira  
João Soares  
Jorge Machado  
José de Matos Correia  
Luís Pedro Pimentel  
Rui Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: